

Congresso de fora

LETÍCIA PINHEIRO

Não é a primeira vez que vemos um presidente exercendo forte influência na formulação e condução da política externa. Embora não tenha inaugurado esta prática, não resta dúvida que, com Fernando Henrique, vivemos um período de exercício efetivo da chamada diplomacia presidencial, ou seja, da condução pessoal pelo presidente de assuntos de política externa, para além da rotina ou mesmo das suas atribuições.

Diferente de outros momentos, entretanto, testemunhamos hoje a ação de um presidente que ajuda a formular a política externa e uma instituição diplomática forte – e até que se prove o contrário agindo na mesma direção.

Desta forma, o Itamaraty, cuja credibilidade internacional foi construída graças ao profissionalismo de seu corpo de diplomatas e à consistência de suas propostas – elaboradas sem o desgaste do debate públi-

co – permanece, em tempos de democracia, relativamente protegido do excesso de exposição, na medida em que o mais alto mandatário da nação personifica a política externa do país.

Quais as vantagens e desvantagens dessa estratégia? Para ser representativa dos interesses da maioria, ou a fim de expressar de fato um suposto consenso nacional sobre temas internacionais, é preciso que a instituição responsável pela formulação e condução da política externa se submeta aos mecanismos institucionais de controle e prestação de contas que, numa democracia representativa, encontram-se nas mãos do Congresso.

O que nos preocupa, como objetos de toda e qualquer decisão internacional que tenha efeitos sobre a vida do cidadão brasileiro, é, afinal, quando começaremos a ser sujeitos dessa formulação?

Letícia Pinheiro é pesquisadora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.